

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

Contribuinte Fiscal: 500 268 894

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Manteigas, sob o nº 1

Capital Social: € 2.000.000

Amieiros Verdes

6260 MANTEIGAS



SOTAVE

SOCIEDADE TÊXTIL DOS
AMIEIROS VERDES, S. A.

Relatório e Contas Relativos ao 1º Semestre de 2002



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I - Introdução

De acordo com o preceituado nos estatutos da Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A, no 1º semestre de 2002, reuniu a Assembleia Geral para a eleição dos órgãos sociais para o triénio 2002-2004.

Nesta Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 8 de Junho de 2002, foram eleitos novos elementos para os órgãos sociais. Assim, a gestão da empresa no decurso do 1º semestre de 2002 foi da responsabilidade da Administração cessante.

II – Envolvente externa

No mesmo período verificou-se a queda generalizada das cotações das bolsas; o seu impacto no comportamento do consumidor poderá fazer perigar a retoma a curto prazo.

O mercado accionista continua a viver um período caracterizado por anúncios de falências sucessivas.

Ainda assim, o PIB cresceu 1,4% no primeiro trimestre do ano, face ao último trimestre de 2001.

A procura interna desacelerou, induzida pelo abrandamento do crescimento da despesa pública e pela queda do investimento, o que encontra justificação na desaceleração da actividade no sector da construção, na manutenção de fracos crescimentos na produção industrial, na necessidade de correcção dos elevados níveis de endividamento e nas maiores restrições da banca à concessão do crédito. A evolução da procura externa foi mais positiva, com as exportações a registarem o crescimento enquanto as importações continuaram a cair.

Os indicadores de confiança das famílias e empresas sugerem um abrandamento da procura doméstica no segundo trimestre, que se deverá prolongar por mais alguns meses. O aumento da inflação, por efeitos do IVA, e o aumento do desemprego contribuem para este quadro.

O comportamento pouco favorável da taxa de inflação doméstica constitui um factor adicional de travagem à recuperação económica.

A trajectória de recuperação da actividade económica global mantém-se; contudo, o crescimento deverá situar-se abaixo do potencial, por mais tempo do que o previsto.

Os riscos inflacionistas continuam limitados, e os principais bancos centrais deverão adiar o início do movimento de subida das taxas de juro para 2003.

III – Evolução dos negócios

A carteira de clientes manteve-se praticamente estável ao longo da primeira metade do ano.

Apesar da conjuntura vivida, pudemos assistir a uma melhoria do volume global de vendas de 9,8% face a igual período de 2001, muito embora o valor das exportações se tenha reduzido de 21%.

Ao nível da prestação de serviços, os reflexos da envolvente externa não deixaram de se fazer sentir, tendo ocorrido uma redução de 16,7% face ao mesmo período.

Por conseguinte, o total do volume de negócios registou um aumento de 6,8% entre o 1º semestre de 2001 e idêntico período de 2002.

IV – Recursos humanos e formação

O quadro de pessoal registou um tendência para a redução, tendo-se terminado o 1º semestre com menos 16 unidades, ou seja menos 4,9%, do que o existente em 31 de Dezembro de 2001.

Pensamos que a redução do quadro de pessoal é ainda insuficiente face ao volume de negócios e à conjuntura económica actual, impondo-se a necessidade de uma acentuada redução do pessoal, quer decorrente das situações excedentárias, quer dos ganhos de produtividade que importa implementar.

No período em apreciação, privilegiou-se a formação profissional na área produtiva, com a realização do Programa Nacional de Formação de Chefias Intermédias para a Indústria, o qual se encontra ainda em curso.

V – Análise económico - financeira

Pese embora a evolução favorável das receitas que resultam das vendas no primeiro semestre de 2002 (+ 9,8%) o comportamento desfavorável das receitas provenientes da prestação de serviços (- 16,7%) e o da variação da produção (- 20,7%) não permitiram que o volume de proveitos total fosse superior ao verificado em igual período de 2001. Assim, os proveitos totais realizados no 1º semestre de 2002 foram inferiores em 3,3% aos verificados naquele período.

Em contrapartida, no mesmo período, o valor das matérias-primas consumidas teve uma redução de 14,3% o que conduziu a um aumento da margem bruta de 2,1%.

Por seu lado, os custos de exploração ou operacionais, registaram um aumento de 8,5%.

Para este aumento contribuíram, por um lado, o agravamento de 5,1% nos custos com o pessoal, nomeadamente devido a regularização de contas suportadas por redução do quadro de pessoal, e por outro lado, o aumento de 22,9% no valor das amortizações e a constituição de uma provisão para clientes de cobrança duvidosa, que se situa em 36.613 euros.

A evolução desfavorável quer dos proveitos, quer dos custos, originou resultados de exploração negativos, embora de grandeza superior aos registados no 1º semestre de 2001.

Consequentemente, os resultados líquidos, também negativos, no montante de menos 293.048 Euros, sofreram um agravamento significativo face ao mesmo período do ano transacto, devido à sensível diminuição dos Resultados Financeiros (por via da redução de proveitos financeiros e aumento dos custos financeiros), embora atenuados pelos Resultados Extraordinários.

Os Resultados Económicos verificados no final do 1º semestre espelham a situação vivida na primeira metade do corrente ano, tendencialmente mais agravada relativamente á ocorrida no 1º semestre de 2001.

A quebra de encomendas no 2º trimestre, implicou um subaproveitamento da capacidade produtiva instalada, pese embora o facto da produção de artigos para armazém, ainda ter aumentado cerca de 556 mil euros.

A autonomia financeira da empresa situava-se no final do 1º semestre de 2001 em 74,6%.

No decurso do 1º semestre de 2002 foram desencadeadas medidas que visaram a reflexão contabilística dos custos com a atribuição de benefícios resultantes do plano de pensões estabelecidos pela Administração em anos anteriores, cujo montante

ascendeu a 593.093,47 euros, de acordo com o cálculo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2001.

A regularização desta situação, bem como o resultado negativo obtido no período em apreço, contribuíram para a deterioração da Situação Líquida da empresa, o que conduziu a que o rácio de autonomia financeira se reduzisse para 64,8%, em 30 de Junho de 2002.

O projecto realizado ao abrigo do SIMIT, cuja execução material e financeira foi concluída até 30 de Junho de 2001, encontra-se em fase de encerramento formal.

Para além disso, no período em análise ocorreram apenas pequenos investimentos que atingiram cerca de 91 mil euros.

O número total de acções detidas pela empresa em 30 de Junho de 2002 era de 39.640 acções, das quais 7.197 acções foram adquiridas no 1º semestre.

Como habitualmente, foi considerada ao nível da contabilização dos custos, a especialização do encargo com férias e subsídio de férias semestral, e ao nível dos proveitos a reposição da parte devida das amortizações respeitantes ao equipamento adquirido ao abrigo do Sistema de Incentivos da Modernização da Indústria Têxtil – SIMIT, no valor de 39.437,79 euros e ao abrigo do projecto de Reestruturação no montante de 704,82 euros.

Mais uma vez, não foi seguido o método da equivalência patrimonial relativamente à participação em Lanifícios Império de Esteves Santos & Botelho S.A., com referência a 30 de Junho de 2002.

Em face do reduzido impacto que a adopção daquele método teria nas contas da empresa, relativamente aquela data, tal decisão não altera de forma significativa os montantes apresentados nesta informação.

O resultado foi apurado após o abatimento das amortizações e reintegrações referentes ao período e calculadas de acordo com o previsto na legislação em vigor.

Não se procedeu ao pagamento de dividendos antecipados.

Declara-se que não ocorreram factos relevantes e que os elementos prestados nesta informação são verídicos, não havendo na mesma, omissão que altere o seu sentido.

VI – Perspectivas futuras

De harmonia com o referido anteriormente, não é expectável até ao final do ano em curso uma alteração profunda do quadro macro-económico global que se nos depara de modo a permitir a recuperação total da situação ocorrida no 1º semestre de 2002.

Admitimos no entanto atenuar o prejuízo verificado no 1º semestre, através de um esforço concertado de captação e de reforço da actual carteira de encomendas, cada vez mais tardiamente firmadas pelo mercado.

A carteira de encomendas existente em 30 de Junho de 2002 revestia-se de um comportamento misto, nas diversas áreas de negócio.

No sector de malhas, o nível de encomendas existente, encontrava-se acima dos níveis verificados nos dois anos anteriores.

No sector dos têxteis lar, e dos fios, a situação é de expectativa, devido ao baixo nível de encomendas encontrado pela actual gestão, e em posição mais desfavorável que a verificada em igual momento de anos anteriores.

Têm sido encetadas várias acções no plano comercial, de modo a compensar-se a situação encontrada, principalmente nos sectores de maior debilidade.

Tradicionalmente o 1º semestre de cada ano é mais desfavorável em termos de negócios, devido ao efeito sazonal a que este sector se encontra sujeito, pelo que acreditamos que seja possível minimizar os resultados desfavoráveis ocorridos , até ao final do presente ano.

VII – Estratégia

Na vertente industrial, procuraremos implementar mudanças no sentido da melhoria da produtividade, da gestão da qualidade, do planeamento da produção, sempre norteados pela racionalização de custos de produção.

Na vertente comercial, a Administração da empresa adoptará uma estratégia de gestão de marketing, que se consubstanciará num processo de renovação de produtos, incluindo as embalagens, com vista ao aumento da qualidade, design e aceitação pelos mercados.

Consideramos de primordial importância o desenvolvimento de uma política de comunicação empresarial e de produto, e de uma política de distribuição que intensifique a exploração dos mercados actuais privilegiando o aumento das exportações, com vista ao incremento do volume de negócios.

Finalmente, procuraremos ainda, por um lado, melhorar o desempenho dos recursos humanos através da formação profissional, e por outro lado, operacionalizar o projecto de informatização da empresa com vista á maximização da sua eficiência global e obtenção de um sistema de custeio fiável.

Manteigas, 05 de Setembro de 2002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr^a. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

SOTAVE

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

Contribuinte fiscal nº 500.268.894 • Capital Social - € 2.000.000

Matrícula nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 30 DE JUNHO DE 2002

Código das Contas POC	Activo	EXERCÍCIOS			
		2002		2001	
		Activo bruto	Amort./Provisões	Activo Líquido	Activo
431/35	Imobilizado: Imobilizações Incorpóreas.....	203.851.75	164.171.41	39.680.34	96.149.11
	Desp. Investig. e desenvolvimento.....	203.851.75	164.171.41	39.680.34	96.149.11
421	Imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais.....	73.616.65		73.616.65	73.616.65
422	Edifícios e outras construções	1.849.148.15	1.339.006.54	510.141.61	544.226.12
423	Equipamento básico.....	7.168.831.89	6.397.808.80	771.023.09	882.684.93
424	Equipamento de transporte	101.042.10	94.247.13	6.794.97	11.324.96
425	Ferramentas e utensílios.....	21.377.82	18.403.33	2.974.49	4.123.21
426	Equipamento administrativo	278.985.36	165.166.26	113.819.10	140.424.20
429	Outras imobilizações corpóreas	380.688.34	169.856.62	210.831.72	196.354.90
441/448	Imobilizações em curso.....				10.375.00
		9.873.690.31	8.184.488.68	1.689.201.63	1.863.129.97
4111	Investimentos financeiros: Partes de capital em empresas de grupo	157.819.02		157.819.02	138.043.07
4114	Partes de capital em outras empresas	7.416.78		7.416.78	4.916.78
		165.235.80		165.235.80	142.959.85
36	Circulante: Existências: Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.230.481.05		1.230.481.05	1.376.948.10
35	Produtos e trabalhos em curso	1.428.229.77		1.428.229.77	1.462.787.10
33	Produtos acabados e intermédios	1.056.304.28		1.056.304.28	794.832.53
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		3.715.015.10		3.715.015.10	3.634.567.73
211	Dívidas de terceiros - curto prazo: Clientes c/c	909.555.23		909.555.23	1.044.292.69
212	Clientes, títulos a receber.....	354.972.72		354.972.72	391.619.98
218	Clientes de cobrança duvidosa	409.720.67		0	
24	Estado e outros entes públicos	8.095.39		8.095.39	21.196.75
262+266					
267					
268+221	Outros devedores.....	50.966.89		50.966.89	108.690.77
		1.733.310.90	409.720.67	1.323.590.23	1.565.800.19
18	Títulos negociáveis				
	Outras aplicações de tesouraria.....				
12	Depósitos bancários e caixa: Depósitos à ordem	245.147.28		245.147.28	263.042.18
11	Caixa.....	3.000.11		3.000.11	358.18
		248.147.39		248.147.39	263.400.36
271	Acréscimos e diferimentos: Acréscimo de proveitos	9.143.82		9.143.82	5.747.56
272	Custos diferidos	9.143.82		9.143.82	5.747.56
	Total de amortizações		8.348.660.09		
	Total de provisões		409.720.67		
	Total do activo	15.948.395.07	8.758.380.76	7.190.014.31	7.571.754.77

Amieiros Verdes (Manteigas), 30 de Junho de 2002

O Conselho de Administração

Dr^a. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

Contribuinte fiscal nº 500.268.894 • Capital Social - € 2.000.000

Matrícula nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

BALANÇO ANALÍTICO EM 30 DE JUNHO DE 2002

Código das Contas POC	Capital próprio e passivo	EXERCÍCIOS	
		2002	2001
	Capital próprio:		
51	Capital	2.000.000,00	2.000.000,00
521	Acções próprias	-198.200,00	-142.476,63
522	Acções próprias - prémios e descontos	44.521,76	38.871,55
54	Prémio de emissão de acções	523.737,79	523.737,79
55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	126.159,60	126.159,60
56	Reservas de reavaliação:		
	Decreto - Lei nº. 111/88	85.091,32	85.091,32
	Decreto - Lei nº. 49/91	155.596,55	155.596,55
	Decreto - Lei nº. 264/92	608.735,80	608.735,80
	Decreto - Lei nº. 31/98	563.623,92	563.623,93
	Reservas:		
571	Reservas legais	448.918,11	448.918,11
574	Reservas livres	945.739,54	1.214.407,14
577	Reserva a que se refere o artº 324º CSC	153.678,24	103.605,08
578	Fundo para regularização do dividendo	100.836,72	100.836,72
59	Resultados Transitados	-608.321,05	
88	Resultado líquido do exercício	-293.048,71	-180.114,89
	Total do capital próprio	4.657.069,59	5.646.992,07
	Passivo		
29	Provisão para Pensões de Reforma	593.093,47	
		593.093,47	
	Dívidas a terceiros a médio e longo prazos:		
23	Empréstimos bancários	598.557,48	448.918,11
		598.557,48	448.918,11
	Dívidas a terceiros - curto prazo:		
231	Empréstimos por obrigações: Empréstimos bancários	349.398,95	448.918,11
221	Fornecedores c/c	35.070,99	74.901,26
255	Outros accionistas	884,61	1.473,46
24	Estado e outros entes públicos	104.354,79	51.371,64
219	Adiantamento de clientes		
261.267			
266.267	Outros credores	113.632,67	96.717,50
268.211		603.342,01	673.381,97
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	486.411,46	476.418,79
274	Proveitos diferidos	251.540,30	326.043,83
	Total de acréscimos e diferimentos	737.951,76	802.462,62
	Total do passivo	2.532.944,72	1.924.762,70
	Total do capital próprio e do passivo	7.190.014,31	7.571.754,77

O Técnico Oficial de Contas

António Craveiro Lopes

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

Contribuinte fiscal nº 500.268.894 • Capital Social - € 2.000.000

Matrícula nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002

Código das contas POC	Custos e perdas	EXERCÍCIOS		
		2002	2001	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: Mercadorias.....	709.87 570.823.69	571.533.56 236.127.11	21.615.23 645.478.91
62	Matérias			667.094.14 237.517.37
641+642	Fornecimentos e serviços externos			
643+644	Custos com o pessoal: Remunerações	1.005.107,20	1.244.345.63	955.749.95
645/8	Encargos Sociais: Pensões	7.777,49 231.460,94		6.666.41 221.568.04
66	Outros			1.183.984.40
67	Amortizações de imobilizado corpóreo e Incorpóreo	193.043.82 36.613.00	229.656.82	157.036.35
63	Provisões			157.036.35
65	Impostos Outros custos e perdas operacionais (A)	5.668.60 2.438.73	8.107.33	3.312.94 2.325.40
682			2.289.770.45	2.251.270.60
683+684	Perdas em empresas do grupo			
	Amortizações Aplicações Financeiras			
	Juros e custos similares: Rel. Empresas interligadas			
	Outros	33.907.74	33.907.74	25.223.80 25.223.80
69	(C)		2.323.678.19	2.276.494.40
	Custos e perdas extraordinários		3.143.62	8.155.87
	(E)		2.326.821.81	2.284.650.27
86	Imposto sobre o rendimento			
	(G).....		2.326.821.81	2.284.650.27
88	Resultado líquido do exercício.....		-293.048.71	-180.114.89
			2.033.773.10	2.104.535.38

Amieiros Verdes (Manteigas), 30 de Junho de 2002

O Conselho de Administração

Dr^a. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S. A.

Contribuinte fiscal nº 500.268.894 • Capital Social - € 2.000.000

Matrícula nº 1 da Conservatória do Registo Comercial de Manteigas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002

Código das contas POC	Proveitos e Ganhos	EXERCÍCIOS		
		2002	2001	
71	Vendas: Mercadorias – Malhas Produtos acabados: Fios Malhas Tecidos Subprodutos	2.066.30 398.847.34 621.312.10 224.821.62 457.32 1.247.504.68	5.753.54 372.306.78 459.108.32 297.738.12 847.52 1.135.754.28	
72	Prestação de serviços: Diversos Conta alheia: Cardação e Fiação Super Cardado Tinturaria Ultimação Outras	164.70 69.315.03 13.335.61 38.564.75 155.46 121.535.55	178.54 80.673.40 18.341.73 45.666.98 990.15 145.850.80	1.281.605.08
75	Variação da produção	556.567.75	11.825.69	701.709.76
73	Trabalhos para a própria empresa	25.736.04	22.591.21	
74	Proveitos suplementares	427.20	709.59	35.126.49
76	Subsídios à exploração	26.163.24		
	Outros proveitos e ganhos operacionais ..			
(B)			1.951.771.22	2.018.441.33
782	Ganhos em empresas do grupo			
	Rend. particip. Capital			
	Rend. Títulos negociáveis:			
	Relativos empresas grupo			
	Outros			
	Outros juros e prov similares:			
	Relativ. empresas grupo			
	Outros	34.879.15	40.373.69	40.373.69
781/788	(D).....	34.879.15	1.986.650.37	2.058.815.02
79	Proveitos extraordinários		47.122.73	45.720.36
	(F)		2.033.773.10	2.104.535.38

RESUMO	2002	2001
Resultados operacionais	(B) - (A)	-337.999,23
Resultados financeiros	(D-B) - (C-A)	971.41
Resultados correntes	(D) - (C)	-337.027.82
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	-293.048,71
Resultados líquidos	(F) - (G)	-293.048,71

O Técnico Oficial de Contas

António Craveiro Lopes

ANEXO

Lista de acções de que são titulares, em 30 de Junho de 2002, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, elaborada com base nos elementos por eles prestados (artº. 447, nº. 5, do Código das Sociedades Comerciais).

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ACÇÕES

	Saldo inicial	Aquisições					Alienações					Saldo final
	Quantidade	Data	Quant.	Preço Unitário	Valor Transacção	Data	Quant.	Preço Unitário	Valor Transacção	Quantidade		
Conselho de Administração: Drª. Odete da Glória Botelho E. Carvalho Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira (a) Dr. José Carlos Newton da Silva Faria (a)	97.000 100 100										97.000 100 100	
Conselho Fiscal: Dr. Álvaro Alberto Botelho M. Gonçalves Arq. João Adelino Paixão Salvado	1.125 9.000										1.125 9.000	
Totais	107.325										107.325	

Nota: (a)

As quantidades de acções indicadas na coluna de saldo inicial, relacionam-se com o início das suas funções como administradores da empresa (8-6-2002).

ANEXO

Lista de accionistas que, em 30 de Junho de 2002, e com base nos elementos por eles prestados, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital, bem como dos accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções do capital (nº. 4 do artigo 448º. do Código das Sociedades Comerciais).

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho

Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga

Maria Teresa Esteves Corte-Real Negrão

Accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções:

Nada a indicar.

SOTAVE

ANEXO

Outras informações prestadas no âmbito do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Alínea b) do artigo 3º do Regulamento CVM 11/2000.

b) Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidos pelos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado.

c) Movimentos:

Valores emitidos Não houve

Aquisições: 7.197

Onerações ou

Transmissões Não houve

d) Lista de titulares de participações sociais qualificadas, com a indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20º do CVM:

<i>Nº Acções</i>	<i>% Votos</i>
Dra. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho	97.000 26,92%
Maria Teresa Esteves Corte-Real Negrão	62.300 17,29%
Dr. Joaquim António Carvalho da Mota Veiga	44.104 12,24%
José Neves Fraga	17.600 4,88%
Maria Alberta de Azevedo Botelho Maia Gonçalves	16.792 4,66%
Maria Teresa de Lemos Santos Almeida Ribeiro	15.657 4,34%
Engº António Manuel de Lemos Santos.....	12.420 3,45%
Engº Afonso Fernandes Lourenço da Silva.....	10.200 2,83%
Coronel Orlando José Saraiva G. Amaral	9.016 2,50%
Arq. João Adelino Paixão Salvado	9.000 2,50%
Dra. Patrícia Negrão Duarte Madeira	8.950 2,48%

Manteigas, 30 de Junho de 2002

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
1º. Semestre
«Exercício de 2002»

1 - Nota Introdutória

A Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A. foi constituída em 28 de Abril de 1960, com o capital de 6.000 contos, sendo actualmente de 2.000.000 €.

O objecto social da empresa consiste no exercício da indústria têxtil - preparação e fiação de fibras do tipo de lã cardada, confecção de malhas e produção de têxteis-lar.

As notas que se seguem estão organizadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (Decreto-Lei nº. 410/89, de 21 de Novembro) e obedecem à respectiva sequência numérica. Os números omitidos correspondem a notas não aplicáveis ou dizem respeito a situações não materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

2 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são comparáveis com as do exercício anterior. Contudo, há porém saldos de contas de balanço e na demonstração de resultados que sofreram alterações relativamente ao exercício de 2001, pelo que julgamos de interesse sejam aqui registadas:

a) BALANÇO:

1) Activo

A variação positiva do saldo da conta 4111 - Partes de capital em empresas do grupo deve-se ao facto de se ter aplicado o preceituado no ponto 5.4.3.1., alínea b) do POC (equivalência patrimonial) sobre o resultado obtido pela nossa associada Lanifícios Império, de Esteves, Santos & Botelho, S.A., no exercício de 2001.

No activo circulante, as existências registam um aumento relativamente ao mesmo período do ano passado de € 80.448. O volume das dívidas de terceiros a curto prazo regista uma diminuição de € 242.210, tendência que se verificou igualmente nas contas de disponibilidades.

2) Capital Próprio

A redução, algo significativa, nas contas de capitais próprios deve-se à constituição da provisão para Pensões de Reforma, por contrapartida da conta de Resultados Transitados, no valor de € 593.093,47, bem assim o reflexo do resultado negativo obtido no 1º. Semestre de 2002.

A variação das acções próprias entre o 1º. Semestre de 2002 e o de 2001 é de 11.076 acções (10.639 adquiridas e a contabilização de 437 acções atribuídas por incorporação de reservas verificada em exercícios anteriores).

3) Passivo

Como se constata no mapa de Balanço surge, pela primeira vez no passivo, o valor relativo à Provisão para Pensões de Reforma, em resultado do cálculo actuarial feito exactamente para reflectir a responsabilidade de tal encargo nas contas da empresa.

O crescimento do passivo a médio e longo prazos deve-se ao aumento da utilização total do empréstimo negociado com o BPA para o projecto de investimento feito no âmbito do SIMIT.

O valor total dos acréscimos e diferimentos regista uma diminuição de € 64.511. Os acréscimos de custos regista um ligeiro aumento mas, em contrapartida, os proveitos diferidos decrescem por valores mais representativos devido à reposição em resultados, feita proporcionalmente em relação às amortizações efectuadas, dos incentivos ao investimento.

b) Demonstração dos resultados líquidos

1) Custos:

A tendência da moda pesa sempre na opção da utilização de matérias primas. Daí que, mesmo tendo-se registado um acréscimo no valor das vendas, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas decresceu ligeiramente.

Globalmente como os custos dos fornecimentos e serviços externos estão praticamente nivelados, nos períodos em apreciação, não nos parece ser justificável fazer-se sobre estas contas análises de profundidade.

Já os custos com o pessoal revelam um acréscimo de € 60.361. Pese embora constatarmos ter havido uma variação negativa de 15 unidades, a saída da administração com a consequente arrumação de contas e os aumentos salariais determinados por contratação, estão na origem do agravamento verificado.

A razão do aumento das amortizações prende-se com o facto do equipamento adquirido ao abrigo do projecto do SIMIT ter entrado em pleno funcionamento.

No que respeita à contabilização do valor das provisões para cobranças duvidosas, foi entendido que se deveriam acautelar no semestre créditos em mora, de difícil cobrabilidade.

O aumento das taxas de juro e a utilização do crédito bancário estão na origem do agravamento dos custos financeiros.

2) Proveitos:

As vendas, na globalidade, registam uma subida de 9,8%, enquanto que as prestações de serviços registam um decréscimo de 16,67%.

A preocupação de reduzir os stocks para valores que se coadunem com o nível da facturação, esteve na base da redução substancial da variação das produções.

A imputação aos nossos clientes de despesas suportadas de sua conta, relacionadas com as reformas de letras por si aceites, sofreram uma quebra acentuada que motivou, em grande parte, a redução verificada nos proveitos financeiros relativamente ao 1º semestre de 2001.

3 - Critérios valorimétricos adoptados

Não se alteraram os critérios valorimétricos utilizados em anos anteriores na valorização das existências, os quais respeitam os princípios estabelecidos no nº. 1, alínea a) do artº. 26º. do CIRC, e que são:

a) Matérias primas, subsidiárias e de consumo, incluindo mercadorias:

Preço de custo médio ponderado.

b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso:

1) Produtos acabados:

Manteve-se o critério valorimétrico desde há muito adoptado, tendo por base o preceituado na alínea c) do nº. 1 do artigo 26º. do CIRC, conjugado com o nº. 4 do mesmo artigo.

2) Produtos e trabalhos em curso:

Custo de produção, baseado no cálculo teórico das várias operações, de acordo com critérios utilizados desde a fundação da Empresa.

3) Amortizações e provisões:

As amortizações e reintegrações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e, muito embora nalguns casos se verifique a aplicação de taxas inferiores às máximas previstas no Decreto-Regulamentar nº. 2/90, porque aquelas vinham já sendo utilizadas antes da publicação daquele diploma, o método é, porém, consistente com o do exercício anterior.

4) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Os bens de immobilizado corpóreo encontram-se registados a custo de aquisição, de produção ou de reavaliação na moeda corrente no país – o Euro. O immobilizado incorpóreo está registado pelo valor dos respectivos custos que foram incorridos.

5) Investimentos financeiros:

Os critérios valorimétricos adoptados são:

Conta 4111 - Partes de capital em empresas do grupo:
Método da equivalência patrimonial

Conta 4114 - Partes de capital em outras empresas:
Custo de aquisição

4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das contas incluídas no balanço e da demonstração de resultados, originalmente expressas em moeda estrangeira:

As dívidas a receber, em moeda estrangeira são, na sua quase totalidade, da zona Euro, pelo que não resultarão das suas cobranças quaisquer diferenças cambiais.

6 - Indicação de situações que afectem significativamente impostos futuros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e a eventual correcção por parte das autoridades fiscais por um período de cinco anos até 1997 e quatro anos desde 1998 (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 1997 a 2001 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002.

A empresa não procedeu à contabilização dos **Impostos Diferidos**, em virtude dos valores apurados não serem relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

REPORTE DE PREJUÍZOS:

1996	22.439,98
1997	346.923,02
1998	222.969,18

7 - Número médio de pessoas ao serviço da empresa, no exercício

Empregados.....	23
Assalariados.....	286
	309

VÍNCULO	Nº de Trabalh. em 01.01.02	ADMISSÕES		DEMISSÕES		Nº de Trabalh. em 30.06.02
		Nº. Trabalh.	Mês	Nº. Trabalh.	Mês	
EFFECTIVOS						
1.Empregados	26					
1A – Empregados						
1B – Empregados a Termo		2	Ab/Maio			
2.Assalariados	282					
A TERMO						
Assalariados:						
1. Certo	17					
2. Incerto		1	Feverº.			
TOTAL	325	3		19		309
NÚMERO MÉDIO DETRABALHADORES						309

8 - Comentários às contas 43.1 “Despesas de instalação” e 43.2 “Despesas de investigação e desenvolvimento”

As despesas de expansão respeitam a registo de marcas e patentes e de estudos do Craft Lipossomas, bem assim a outras despesas relacionadas com o desenvolvimento da empresa.

10- Movimento ocorrido nas rubricas do activo immobilizado e nas amortizações acumuladas

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2001	Reav.	Aumentos	Alienações	Abates/Transf/ Regularizaç	Saldo Final 30.06.2002
432/435 – Desp. Investigação e Desenvolvimento	200.150,09		3.701,66			203.851,75
Imobilizações corpóreas:	200.150,09		3.701,66			203.851,75
Terrenos e recursos naturais	73.616,65					73.616,65
Edifícios e outras construções	1.849.148,14					1.849.148,15
Equipamento básico	7.122.465,02					7.168.831,89
Equipamento de transporte	101.042,10					101.042,10
Ferramentas e utensílios	21.377,82					21.377,82
Equip. administrativo e social	271.727,08					278.985,36
Outras imobilizações corpóreas	347.778,84					380.688,34
Imobilizações em curso	10.375,00					0,00
Investimentos financeiros	9.797.530,65		86.534,66		-10.375,00	9.873.690,31
Partes capital noutras empresas	4.916,77		2.500,01			7.416,78
Partes de capital em emp.grupo	157.819,02					157.819,02
	162.735,79		2.500,01			165.235,80

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2001	Reforço	Regularizações		Saldo final 30.06.2002
			Por reavaliação	Abat. e Alienac.	
Imobilizações incorpóreas: 483-Despesas Investigação e desenvolvimento	135.052,76	29.118,65			164.171,41
	135.052,76	29.118,65			164.171,41
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	1.314.606,15	24.400,39			1.339.006,54
Edifícios e outras construções	6.297.854,33	99.954,47			6.397.808,80
Equipamento básico	91.982,14	2.264,99			94.247,13
Equipamento de transporte	17.828,97	574,36			18.403,33
Ferramentas e utensílios	144.385,23	20.781,03			165.166,26
Equip. administrativo e social	153.906,69	15.949,93			169.856,62
Outras imobilizações corpóreas	8.020.563,51	163.925,17			8.184.488,68
	8.155.616,27	193.043,82			8.348.660,09

12- Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas e de Investimentos Financeiros. Quando tiver havido outros modelos de reavaliação, explicitação dos métodos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo.

Os diplomas legais que serviram de base às reavaliações até agora efectuadas, foram os seguintes:

Decreto-Leis nºs. 430/78; 219/82; 399-G/84; 118-B/86; 111/88; 49/91; 264/92; e 31/98.

16 - Firma e sede de empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas, com menção desse exercício.

A empresa-mãe “Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A.”, não consolida contas tendo por base o preceituado no nº. 1, do artigo 4º. do Decreto-Lei nº. 218/91, de 2 de Julho.

1. Empresas do grupo:

Empresa-mãe - SOCIEDADE TÊXTIL DOS AMIEIROS VERDES, S.A.

Sede - Amieiros Verdes • 6260 MANTEIGAS

Empresa filial ou associada:

-LANIFÍCIOS IMPÉRIO, DE ESTEVES, SANTOS & BOTELHO, S.A.

Sede - Amieiros Verdes • 6260 MANTEIGAS

2. Fracção de capital detido:

A empresa-mãe detém, na filial, uma fracção de 50,25% do seu capital, correspondendo a 10.000 acções.

3. Capitais próprios, do último exercício, com contas devidamente aprovadas, das empresas do grupo:

Exercício de 2001:

a) Capitais próprios

Empresa-Mãe € 5.576.246,95

Empresa Associada € 314.002,35

4. Resultado do último exercício, com contas devidamente aprovadas:

Empresa-Mãe € (233.822,02)

Empresa Associada € 39.347,32

22- Valores globais de existências que se encontram fora da empresa, consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros.

No depósito de Minde encontrava-se em stock, para fornecimentos imediatos, os seguintes valores:

Fios €39.344,19

23- Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Conta 218 - Clientes de cobrança duvidosa € 409.720,67

32- Descrição das responsabilidades da empresa, por garantias prestadas:

Banco Português do Atlântico:

A empresa contraiu um empréstimo a longo prazo, no valor de € 598.557,48, destinado a financiar o projecto de investimento, conforme contrato assinado com a Instituição Bancária, garantido por livrança assinada em branco.

Para garantir o valor dos incentivos foi, por este Banco, prestada uma garantia a favor do IAPMEI, no valor de € 153.355,41. Também com este banco existe uma conta-corrente caucionada, cujo montante utilizado no final deste semestre, atinge €99.759,58.

Banco Nacional Ultramarino / Caixa Geral de Depósitos

Garantia prestada, através de livrança em branco, cujo plafond é de €448.918,10, tendo utilizado até final deste semestre €249.639,37.

Existe uma garantia bancária, a favor do CLAFA - emitida em Abril de 2001, no valor de € 497,55.

34- Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução/ Anulação	Saldo final
28-Provisões para cobrança duvidosa	373.107,69	36.613,00		409.720,69
29-Provisão para Pensões de Reforma		593.093,47		593.093,47

36- Composição do Capital Social:

Em 30 de Junho de 2002 o capital social da empresa de € 2.000.000 está totalmente subscrito e realizado, composto por:

400.000 acções ao portador com o valor nominal de € 5,00, em títulos de 1, 5, 10, 20, 50, 100 e 500 acções.

40- Variações nas rubricas de Capitais Próprios:

CONTAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Contas	Saldo inicial	Movimentos		Saldo final
		+	-	
Capital	2.000.000,00			2.000.000,00
Acções próprias	-120.643,06			-153.678,24
Prémio de emissão de acções	523.737,79			523.737,79
Ajustamento de partes de capital	126.159,60			126.159,00
Reservas de reavaliação	1.413.047,59			1.413.047,59
Reservas legais	448.918,11			448.918,11
Reservas livres	1.197.369,16	35.003,54	286.633,16	945.739,54
Reservas a que se refere o art. 324 CSC	120.643,06	33.035,18		153.678,24
Reservas especiais	100.836,72			100.836,72
Resultados transitados			608.321,05	-608.321,05
Resultado líquido do exercício	-233.822,02	233.822,02	293.048,71	-293.048,71
Totais	5.576.246,95	301.860,74	1.221.038,10	4.657.069,59

Nota: As principais variações nas contas de capitais próprios resultam da transferência do saldo negativo do resultado do exercício de 2001, bem assim da regularização dos resultados obtidos da associada Lanifícios Império, S.A, por aplicação da equivalência patrimonial, de 1995 a 2001, repondo-os na conta de Resultados Transitados por contrapartida da conta de Reservas Livres. Ainda na conta de Resultados Transitados encontra-se reflectida a contabilização da Provisão para Pensões de Reforma no valor de € 593.093,47.

41- Demonstração do Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		1.215.802,50
Compras	709,87	585.502,24
	709,87	1.801.304,74
Regularização de existências.....		
Existências finais		1.230.481,05
Custo no exercício.....	709,87	570.823,69
Totais		571.533,56

42- Demonstração da variação de produção:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais.....	1.056.304,28		1.428.229,77
Regularização de existências.....	74,80		
	1.056.378,08		1.428.229,77
Existências iniciais	793.293,31		1.134.747,79
Variação no exercício	263.085,77		293.481,98
Total da variação da produção.....			556.567,75

43- Remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 30 de Junho de 2002:

O valor das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foi:

Administração..... € 61.692,48

Responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos:

A um ex-administrador € 7.777,49

44- Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

MERCADOS/ACTIVIDADES	MERCADOS			Total
	Interno	Intracomunitário	Países Terceiros	
VENDAS:				
Mercadorias - malhas	2.066,30			2.066,30
Produtos Acabados				
1. Fios	392.223,05	6.293,16	331,09	398.847,34
2. Malhas	618.826,31	2.485,79		621.312,10
3. Tecidos	156.017,49	61.327,76	7476,41	224.821,62
4. Subprodutos	457,32			457,32
Total de vendas	1.169.590,47	70.106,71	7.807,50	1.247.504,68
PRESTAÇÕES SERVIÇOS				
1. Oficinas	164,70			164,70
2. Cardação e Fiação	69.315,03			69.315,03
3. Super-Cardado				
4. Tinturaria	13.335,61			13.335,61
5. Ultimação	38.564,75			38.564,75
6. Outros	155,46			155,46
Total de Prestação Serviços.....	121.535,55			121.535,55
TOTAL VOLUME NEGÓCIOS	1.291.126,02	70.106,71	7.807,50	1.369.040,23

45- Demonstração de resultados financeiros:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
681-Juros suportados	16.338,91	9.353,64	781-Juros obtidos	25,35	11.255,13
682-Perdas em empresas do grupo			782-Ganhos em empresas associadas		
685-Dif. Câmbio desfavorável	129,77		785-Dif. Câmbio desfavorável		825,94
686-Descontos p.p.concedidos	16.368,49	13.854,06	786-Descontos p. p. obtidos	5.930,22	6.370,18
688-Outros custos. E perdas financeiras	1.070,57	2.016,37	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	28.923,58	21.922,72
Resultados Financeiros	971,41	15.149,90			
	34.879,15	40.373,97			
				34.879,15	40.373,97

46- Demonstração de resultados extraordinários:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
691-Donativos	125,00		792-Recuper. dívidas		2.678,38
692-Dívidas incobráveis			793-Ganhos existências	2.736,30	46,49
694-Perdas em imobilizado	234,44	28,93	794-Ganhos imobilizações	2.244,99	160,11
695-Multas e penalizações			796-Redução de provisões		
697-Corr. relat. Exercícios anteriores	2.698,26	4.742,43	797-Cor. relat. exercícios anteriores	1.207,12	6.336,29
698-Outros custos e perdas extraordinários	85,92	3.384,50	798-Outros proveitos e ganhos extraordinário	40.934,33	36.499,08
Resultados Extraordinários	43.979,12	37.564,49			
	47.122,74	45.720,35			
				47.122,74	45.720,35

47- Informações exigidas por diplomas legais:

Títulos em caução 1.000 = € 5.000,00
 Cauções Bancárias de acções 1.700 = € 8.500,00
 Garantias bancárias:
 Atlântico € 5.000,00
 BPI € 5.000,00

Amieiros Verdes (Manteigas), 30 de Junho de 2002

O Conselho de Administração

O Técnico de Contas

Drª. Odete da Glória Botelho Esteves de Carvalho (Presidente)

António Craveiro Lopes

Dr. Rui Alberto da Silva Ferreira

Dr. José Carlos Newton da Silva Faria

Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço que evidencia um total de 7.190.014 euros e um total de capital próprio de 4.657.070 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 293.049 euros e na Demonstração dos Resultados do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo C.V.M.;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo C.V.M., competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

16 de Setembro de 2002